



# FRAS-LE S.A.

CNPJ 88.610.126/0001-29

Companhia Aberta

## PROPOSTA DA DIRETORIA

### Destinação do Lucro Líquido - 2010

Submetemos aos membros do Conselho de Administração para apreciação, manifestação e encaminhamento à assembleia geral e aos membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer, proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2010.

De acordo com o disposto no Artigo 192 da Lei nº 6404/1976, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentarão à Assembléia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Nesse sentido, demonstramos, por meio de tabela comparativa, a proposta para destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, bem como da destinação dos três exercícios anteriores:

Descrição	Proposta	Destinações		
	2010	2009 (R\$)	2008 (R\$)	2007 (R\$)
Lucro líquido do exercício	48.357.144,12	44.081.464,50	26.855.966,36	40.349.341,73
Ajustes relativos à Lei 11.638/07 e IRFS (+)	1.651.019,88			
Lucro após ajustes	50.008.164,00			
Reserva legal	2.500.408,20	2.204.073,23	1.342.798,32	2.017.467,09
Reserva geral de lucro (estatutária)	30.641.536,15	27.339.408,85	13.508.319,24	24.852.486,49
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	14.213.228,75	10.336.166,51	12.004.848,80	10.489.828,23
Dividendos	2.652.990,90	4.201.815,92	0,00	2.989.559,92



### **Reserva Legal**

A destinação do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei 6404/1976 e tem por fim assegurar a integridade do capital social, somente podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

De acordo com a citada Lei e com o disposto na alínea “a” do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei 6404/1976, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

### **Reserva Estatutária (Reserva Geral de Lucro)**

O Artigo 194 da Lei 6404/1976 regula a criação das reservas estatutárias. Conforme aquele dispositivo legal, o estatuto social da companhia pode criar reservas desde que, para cada uma: (i) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e, (iii) estabeleça o limite máximo da reserva.

Em consonância com a legislação e com o disposto na alínea “e” do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido que remanescer após as destinações previstas em lei e no Estatuto Social, será destinado a Reserva Geral de Lucros, a qual é destinada a manutenção do capital de giro e não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital social.

### **Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Conforme estabelece o artigo 202 da Lei 6404/76 e o Artigo 38 do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, sendo assegurado aos preferencialistas quantia adicional de forma que venham a receber dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada a reserva legal; (ii) importância destinada à constituição de reserva de contingência e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, quando deixarem de existir as razões que justificaram a constituição ou no exercício em que ocorrer a perda, respeitando o Artigo 203 da Lei 6404/1976; e, (iii) importância destinada à constituição de reserva de lucros a realizar e reversão das mesmas reservas, quando os lucros que as constituíram tenham sido realizados no exercício, respeitado o Artigo 203 da Lei 6404/1976.

Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá creditar e pagar juros



sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O efetivo pagamento ou crédito ficam condicionados à existência de lucros computados antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

O Estatuto Social não prevê pagamentos regulares de juros sobre o capital próprio aos acionistas, contudo, nos últimos anos, a Companhia optou por sua distribuição, os quais foram calculados em conformidade com a legislação vigente e imputados, pelo valor líquido de Imposto de Renda na Fonte, aos dividendos do mesmo exercício.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos declarados pela Companhia não são atualizados monetariamente.

A proposta de destinação do lucro líquido de 2010 é de distribuir aos acionistas, parcela correspondente a 30% (trinta por cento) do lucro ajustado, mais importância adicional aos acionistas detentores de ações preferenciais 10% (dez por cento) maior que o atribuído às ações ordinárias, ou seja, 5% (cinco por cento) acima do previsto no Estatuto Social.

Os dividendos serão declarados na data da Assembleia Geral Ordinária e o pagamento será realizado integralmente e mediante o crédito, de acordo com a conta corrente e domicílio bancário fornecidos ao Banco Itaú S.A, instituição depositária das ações. As ações serão negociadas ex-dividendos a partir do dia seguinte àquele de sua declaração.

Nos quadros a seguir, demonstramos a remuneração aos acionistas, relativa ao exercício de 2010, a ser ratificada na próxima Assembleia Geral Ordinária, bem como os demonstrativos, para comparação, referente aos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício de 2010	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido	48.357.144,12		
Ajustes relativos à Lei 11.638/07 e IRFS (+)	1.651.019,88		
Lucro após ajustes	50.008.164,00		
Reserva Legal	2.500.408,20		
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	47.507.755,80		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	14.734.235,34	0,1425500	0,1568053
Juros sobre o capital próprio pagos em 23/07/2010 e 27/01/2011			



Valor bruto	14.213.593,88	0,1375100	0,1512600
Valor líquido de IRF	12.081.244,44	0,1168835	0,1285710
Dividendos a serem declarados na próxima AGO	2.652.990,90	0,0256668	0,0282343

Exercício de 2009	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido	44.081.464,50		
Reserva Legal	2.204.073,23		
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	41.877.391,28		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	12.987.557,45	0,188480	0,207320
Juros sobre o capital próprio pagos em 10/07/2009 e 28/01/2010			
Valor bruto	10.336.166,51	0,150000	0,165000
Valor líquido de IRF	8.785.741,53	0,127500	0,140250
Dividendos remanescentes pagos em 23/04/2010	4.201.815,92	0,060980	0,067070

Exercício de 2008	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido	26.855.966,36		
Reserva Legal	1.342.798,32		
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	25.513.168,04		
Dividendos – 25% mais adicional de 10% para as PN	6.603.100,50	0,093440	0,102780
Juros sobre o capital próprio pagos em 03/07/2008 e 27/01/2009			
Valor bruto	12.004.848,80	0,169880	0,186860
Valor líquido de IRF	10.204.121,48	0,144400	0,158830
Dividendos remanescentes	0,00	0,000000	0,000000

**NOTA:** Nesse exercício não houve dividendos remanescentes, tendo em vista que os juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte, perfaz 39,99% do lucro ajustado.

Exercício de 2007	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN



Lucro líquido do exercício	40.349.341,73		
Reserva Legal	2.017.467,09		
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	38.331.874,64		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	11.905.913,92	0,168480	0,185320
Juros sobre o capital próprio pagos em 25/07/2007 e 29/01/2008			
Valor bruto	10.489.828,23	0,148440	0,163280
Valor líquido de IRF	8.916.353,99	0,126170	0,138790
Dividendos remanescentes pagos em 30/04/2008	2.989.559,93	0,042306	0,046532

Caxias do Sul, 7 de março de 2011.

Daniel Raul Randon

Gilberto Carlos Crosa

Rogério Luiz Ragazzon



**Assembleia Geral Ordinária de 15.04.2011**  
**Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos**  
**Termos do Item 10 do Formulário de Referência**

**10. Comentários dos diretores**

**10.1. Os diretores devem comentar sobre<sup>1</sup>:**

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2008

As atividades econômicas e financeiras da Fras-le no exercício de 2008 foram movimentadas por eventos atípicos, ao compará-los com anos anteriores, os quais impactaram os números finais da Companhia. Porém, alguns reflexos negativos ocorridos nos resultados, foram apenas pontuais.

Em 2008 ocorreu o processo de adequação contábil das demonstrações financeiras da Companhia a Lei 11.638/07, as quais já atenderam integralmente a legislação, no balanço de 2008. Estas adequações afetaram as receitas da Companhia e também o lucro líquido. Outro fator que impactou nos resultados da Fras-le foi a contabilização de despesas com variação cambial, incorridas sobre as operações financeiras firmadas para proteger a carteira de exportações. Com a alteração no cenário cambial, ocorrida a partir de setembro de 2008, a valorização do dólar frente ao real, fez com que as taxas cambiais atingissem patamares superiores aos contratados pela Companhia.

Também deve ser considerado que a retração na economia mundial, uma das consequências da crise financeira iniciada no segundo semestre de 2008, afetou os volumes de vendas da Companhia nos dois últimos meses do ano, o que refletiu no desempenho das receitas.

Mesmo diante de todas essas adversidades, as atividades da Fras-le proporcionaram resultados positivos em seu balanço, os quais permitiram que a Companhia honrasse todos os seus compromissos com funcionários, clientes, governo, fornecedores, e ainda gerasse lucro para remunerar os acionistas e premiar seus funcionários com participação nos resultados.

Os principais indicadores da Companhia apresentaram o seguinte desempenho no ano de 2008:

- Receita bruta total, antes da consolidação: R\$ 592,5 milhões, evolução de 5,8% em relação ao ano de 2007.
- Receita líquida consolidada: R\$ 432,3 milhões, crescimento de 3,0% em relação ao ano de 2007.
- Exportações (FOB): US\$ 85,3 milhões, incremento de 10,9% sobre o ano de 2007.



- EBITDA consolidado: R\$ 67,3 milhões, retração de 7,7% em relação ao ano de 2007.
- Lucro líquido consolidado: R\$ 25,5 milhões, queda de 37,8% sobre o ano de 2007.

2009

Após um período de retração nos negócios e de incertezas em relação ao futuro, durante o primeiro trimestre de 2009, onde os efeitos da crise econômica mundial refletiram-se fortemente no desempenho operacional e nos resultados econômicos e financeiros da Companhia, a Fras-le, através de ações ágeis e eficientes, conseguiu estimular o seu desempenho e apresentar crescimentos constantes em todos os trimestres, o que permitiu a Companhia encerrar o exercício de 2009 com números de receitas similares ao ano anterior e destacar-se no lucro obtido, o qual foi consideravelmente superior ao exercício de 2008.

Entre as ações que a Fras-le realizou para contornar as conseqüências da crise, destacam-se algumas campanhas comerciais de vendas, ajustes na estrutura de mão-de-obra indireta e outros custos fixos da Companhia, melhorias nos processos de produção e utilização de matéria-prima, além de intensas campanhas para redução de despesas operacionais.

Além dos programas existentes na Companhia para melhorar a sua competitividade, os quais estão alinhados ao Modelo de Excelência de Gestão do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade), também foi implementado um projeto que consiste na formação de grupos de trabalho, que assumiram a responsabilidade de identificar oportunidades e implementar ações necessárias para reduzir ou eliminar custos. Estes grupos realizam de forma permanente os trabalhos necessários para atingir os resultados propostos com o projeto.

Na metade de 2009 foi implementado pela Fras-le outro projeto, o qual deu início a comercialização de pastilhas de freio no mercado de reposição norte-americano, onde o potencial de crescimento para essa linha de produtos é promissor. Essa iniciativa contempla uma das estratégias da Companhia para atingir seus objetivos traçados no planejamento estratégico.

O exercício de 2009 foi extremamente desafiador, pois além das dificuldades naturais, a crise iniciada no último trimestre de 2008 ganhou força no início de 2009 e causou efeitos consideráveis nos resultados das empresas de todo o mundo, principalmente nos países norte-americanos e europeus. A Fras-le, apesar da recuperação apresentada nos resultados durante o segundo semestre de 2009, também teve seu desempenho afetado no início do ano.

Um dos efeitos mais nocivos para os resultados da Companhia foi a queda nas vendas, pois no mercado nacional houve desaceleração de novos pedidos e revisões nas programações dos produtos destinados às montadoras. Outro fato importante



ocorrido foi a estratégia adotada pelos distribuidores de materiais de fricção do mercado de reposição que, na tentativa de minimizar os reflexos da crise, priorizaram reduzir os seus estoques para gerar recursos em caixa, o que refletiu em menores volumes de vendas para este mercado.

No mercado externo, onde os efeitos da crise foram mais severos, a Fras-le também teve suas vendas afetadas em 2009, registrando queda nas exportações, tanto na contagem em dólar como também em volumes, fato que rompeu a sequência de crescimento nas exportações da Companhia nos últimos anos.

Outro fator que comprometeu o desempenho da Fras-le no exercício de 2009 foi a consolidação dos resultados pré-operacionais da unidade da China, pelo custo de sua implementação, e também, a forte retração da indústria automobilística norte-americana, que comprometeu os resultados operacionais da unidade do Alabama.

Os ajustes realizados na estrutura de mão-de-obra indireta resultaram em custos com indenizações trabalhistas e com a redução nos volumes de vendas foi preciso desacelerar o processo produtivo, fato que resultou em queda nos volumes de produção e, conseqüentemente, percentual elevado de capacidade ociosa durante o primeiro trimestre de 2009, sem redução dos custos fixos.

No segundo semestre de 2009 foi realizado pela Fras-le, através de seus assessores jurídicos, uma revisão nos processos judiciais em que a Companhia participa, onde foram constituídas novas provisões para perdas tributárias, as quais também impactaram no resultado operacional.

Também ocorreu durante o segundo semestre o encerramento do parcelamento especial para impostos federais e previdenciários (PAES), que estava contratado desde 2003 com prazo de 120 meses. A Fras-le optou pela desistência deste parcelamento, nos termos da Lei 11.941/2009, efetuando a liquidação total do saldo remanescente e obtendo redução do débito.

Apesar de todos estes efeitos, a Fras-le conseguiu reverter o cenário adverso e melhorar significativamente o seu desempenho durante o segundo semestre de 2009, conseguindo ainda obter consideráveis melhorias nos seus processos produtivos, tais como redução dos materiais refugados, aumento de produtividade, além de redução de outras despesas operacionais.

Os principais indicadores da Companhia apresentaram o seguinte desempenho no ano de 2009:

- Receita bruta total, antes da consolidação: R\$ 595,3 milhões, evolução de 0,5% em relação ao ano de 2008.
- Receita Líquida consolidada: R\$ 428,1 milhões, queda de 1,0% em relação ao ano de 2008.
- Exportações (FOB): US\$ 81,0 milhões, declínio de 5,0% sobre o ano de 2008.





- EBITDA consolidado: R\$ 53,9 milhões, retração de 19,9% em relação ao ano de 2008.
- Lucro líquido consolidado: R\$ 43,9 milhões, crescimento de 72,2% sobre o ano de 2008.

## 2010

Em função da mudança da prática contábil brasileira para a plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, a Fras-le elaborou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Por este motivo as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquele período (BRGAAP), estão sendo apresentadas para fins de comparação com os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais (IFRS).

Devido aos resultados do ano de 2009 estarem afetados pelos efeitos da crise que atingiu a economia mundial neste período, as análises gráficas deste release foram elaboradas comparando a evolução dos números de 2010 com os números dos anos de 2009 e também de 2008, proporcionando dessa forma uma comparação mais próxima da evolução histórica.

Durante o exercício de 2010, a Fras-le atingiu níveis expressivos de crescimento, tanto em volumes de vendas como também em faturamento. Este desempenho se deve, principalmente, pela intensificação do processo de internacionalização dos negócios da Companhia, onde o crescimento nos volumes de exportações e volumes vendidos pelas unidades do exterior foram superiores a evolução apresentada nos volumes do mercado interno. Internamente foram somados esforços para controlar os gastos e reduzir custos operacionais, que combinado com os volumes maiores, proporcionou à Companhia crescer em todos os indicadores de desempenho, comparado com os anos de 2009 e 2008.

No mercado nacional as vendas para montadoras mostraram recuperação durante o ano de 2010, aumentando a sua representatividade sobre o total das receitas da Companhia, fato que comprova a plena recuperação deste mercado após a crise econômica e financeira de 2009. As vendas para o segmento de reposição também se mantiveram aquecidas ao longo de 2010.

No mercado externo as exportações apresentaram evolução expressiva em 2010, atingindo recorde tanto em volumes como também no faturamento em dólar, comparado aos exercícios de 2009 e 2008. Melhor ainda foi o desempenho total no mercado externo, considerando exportações mais os números obtidos pelas unidades controladas no exterior. Mesmo com a retração nas taxas do dólar, a receita líquida em reais originária do mercado externo, também apresentou níveis de crescimento significativos. É oportuno destacar que as vendas para os



países do Nafta, que tradicionalmente são o destino da maior fatia das exportações da Companhia, tiveram o melhor desempenho da história no exercício de 2010, principalmente pela crescente demanda por lonas de freios para veículos comerciais (blocos) nestes países.

Operando na China desde julho de 2009, a Fras-le Ásia após um ano de atividades passou pela primeira expansão durante o ano de 2010, com acréscimo de área, máquinas e funcionários. Além da ampliação da capacidade produtiva também foi agregado uma área adicional de 4.400 m<sup>2</sup> para abrigar almoxarifados, expedição de produtos e laboratório de controle de qualidade, além da área administrativa.

Durante o ano de 2010 a unidade da Ásia também conquistou a certificação ISO 9001, abrindo espaço para a unidade certificar as suas pastilhas produzidas dentro dos padrões da exigente norma Européia ECE-R90, um requisito essencial para negociar com a comunidade européia, que significa estar credenciado como fornecedor de primeira linha naquele mercado. Além disso, a unidade da China também iniciou a produção e comercialização de pastilhas de freio para veículos comerciais. Este produto é competitivo no mercado asiático e já está proporcionando bons negócios para a unidade.

A unidade da Fras-le na Argentina e a Suspensys implementaram em 2010 o projeto FASYS, o qual consiste em uma parceria entre as duas empresas para montar e distribuir eixos no mercado argentino. Os eixos, montados na unidade da Fras-le, além de ser um produto novo e atender todos os requisitos de qualidade daquele mercado, também são muito competitivos, sendo que as estratégias de distribuição estão alinhadas com a realidade econômica da Argentina.

No ano de 2010 também ocorreu, pela terceira vez consecutiva, a certificação da Fras-le no Brasil na norma ISO/TS 16949, já na versão 2009 e de acordo com as novas regras escritas pelo IATF-Força Tarefa Automotiva Internacional. Foram certificados os processos de desenvolvimento e manufatura de lonas de freio, lonas moldadas, pastilhas para freio a disco e sapatas para freio.

A Fras-le também foi certificada em 2010 na norma OHSAS 18001 - Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional, norma que busca a adequação das condições do trabalho, no que tange à segurança, saúde dos funcionários, prestadores de serviços e visitantes.

As Empresas Randon, entre elas a Fras-le, escolheram um novo sistema integrado de gestão empresarial (ERP) para otimizar a eficiência operacional e dessa forma suportar o crescimento esperado para os próximos anos. Com o novo ERP da SAP, a empresa espera obter uma



melhor e maior aderência às demandas estratégicas, necessidades de gestão e dos processos de negócio. Ao longo de 2010, uma equipe formada por funcionários de todas as áreas e empresas do grupo, e também, por profissionais da SAP trabalharam no desenvolvimento do projeto, que tem expectativa para ser concluído até o final deste exercício.

- **Receita bruta total**, antes da consolidação: R\$ 694,1 milhões ou 16,6% superior à 2009 e 17,1% maior que 2008;
- **Receita líquida consolidada**: R\$ 509,5 milhões ou 19,0% mais que 2009 e 17,9% maior do que 2008;
- **Receita líquida no mercado nacional**: R\$ 282,3 milhões ou 14,5% superior à 2009 e 11,2% mais que 2008;
- **Receita líquida no mercado externo**: R\$ 227,2 milhões ou 25,1% mais que 2009 e 27,3% maior que 2008;
- **Exportações Fras-le Brasil (FOB)**: US\$ 106,8 milhões ou 31,9% superior à 2009 e 25,2% maior que 2008;
- **Faturamento no mercado externo (Exportações e unidades do exterior)**: US\$ 129,6 milhões ou 40,6% superior à 2009 e 30,5% mais que 2008;
- **EBITDA**: R\$ 77,0 milhões ou 44,5% superior à 2009 e 14,4% maior que 2008;
- **Lucro bruto consolidado**: R\$ 151,1 milhões ou 21,5% maior que 2009 e 16,5% superior à 2008;
- **Lucro líquido consolidado**: R\$ 48,4 milhões ou 20,7% superior à 2009 e 89,8% mais que 2008.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:  
i. hipótese de resgate

Estrutura de Capital (em R\$ mil)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Em 31/12/2010</u>	<u>Em 31/12/2010</u>	<u>Em 31/12/2009</u>	<u>Em 31/12/2009</u>	<u>Em 31/12/2008</u>	<u>Em 31/12/2008</u>
Capital Próprio	324.734	325.057	237.209	235.069	210.079	208.125
Capital de Terceiros	344.803	371.176	271.489	292.306	232.802	255.830

Em relação a possibilidade de resgate de ações e cotas, não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor do resgate

Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Fras-le apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez e solvência. A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas



## Financiamentos (em R\$ mil)

	Indexador	Juros	Vencimento	Controladora			Consolidado		
				BRGAAP			IFRS		
				2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
<b>circulante</b>									
nacional:									
restos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	10.204	9.828	4.684	10.204	9.828	4.684
restos bancários	TJLP	0,5% a 2,5% a.a.	-	-	-	103	-	-	103
restos de arrendamento mercantil	CDI	4,907%	-	-	46	179	-	46	179
IES	TJLP	4,2% a 4,5% a.a.	15/07/13	8.820	26.190	14.061	8.820	26.190	14.061
total	TJLP	7% a.a.	15/12/11	56.311	-	-	56.311	-	-
estrangeira:									
restos de contratos de câmbio	Varição cambial + deságio	1,85% a 2,2% a.a.	06/07/11	26.042	39.877	28.154	26.042	39.877	28.154
restos bancários US\$ 3.080 mil	Libor	2,65% a.a.	12/06/13	-	-	-	5.132	2.563	5.145
restos bancários \$ 1.258 mil	-	29,75% a.a.	12/12/11	-	-	-	2.097	184	2.032
restos bancários ¥ 21.201	PBOC	5,31% a.a + 2% fiança	03/01/11	-	-	-	5.347	1.530	-
IES US\$ 410 mil	Varição cambial	2,5% a.a.	15/07/13	684	4.918	2.397	684	4.918	2.397
financiamento de US\$ 1.387mil	Varição Cambial + Libor	2,25% a.a.	15/10/17	2.312	1.268	1.864	2.312	1.267	1.863
				104.373	82.127	51.442	116.949	86.403	58.618
<b>circulante</b>									
nacional:									
restos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	23.156	31.328	31.062	23.156	31.328	31.062
IES	TJLP	4,2% a 4,5% a.a.	15/07/13	89.483	69.672	44.097	89.483	69.672	44.097
ativo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/02/21	11.823	7.532	3.901	11.823	7.532	3.901
estrangeira:									
restos bancários US\$ 3.999 mil	Libor	2,65% a.a.	12/06/13	-	-	-	6.664	12.189	11.685
IES US\$ 640 mil	Varição cambial	2,5% a.a.	15/07/13	1.066	1.817	8.815	1.066	1.817	8.815
financiamento de US\$ 8.000mil	Varição Cambial + Libor	2,25% a.a.	15/10/17	13.329	16.251	23.370	13.330	16.251	23.370
				138.857	126.600	111.245	145.522	138.789	122.930
<b>empréstimos sujeitos a juros</b>				<b>243.230</b>	<b>208.727</b>	<b>162.687</b>	<b>262.471</b>	<b>225.192</b>	<b>181.548</b>

### Fontes de Liquidez adicional:

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:  
i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Cronograma de amortização anual da dívida de longo prazo – R\$ mil						
Período	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
Valor	69.600	47.900	10.500	4.400	3.700	9.400

- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras



Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$54.687 (R\$52.872 em 31 de dezembro de 2009 e R\$66.378 em 1º de janeiro de 2009), e avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$48.722 (R\$60.376 em 31 de dezembro de 2009 e R\$77.022 em 1º de janeiro de 2009).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2010 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ações em tesouraria

No dia 26 de novembro de 2008 o Conselho de Administração, considerando o disposto na alínea “h” do Artigo 22 do Estatuto Social e atendidos os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei 6.404/76, bem como da Instrução CVM 10/80 e suas alterações, autorizou a aquisição pela Companhia de 1.600.000 ações preferenciais de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Em 2009 foram adquiridas 700.000 ações preferenciais (900.000 em 2008), por preço de cotação em bolsa de valores, a um custo médio ponderado de R\$ 2,43 por ação (R\$2,46 em 2008), sendo que o custo máximo foi de R\$ 2,65 por ação (R\$2,63 em 2008) e o custo mínimo de R\$ 2,25 por ação (R\$2,35 em 2008).

A operação teve por objetivo aproveitar a oportunidade de investimento para a Companhia, considerando o preço de cotação das ações preferenciais na bolsa de valores, sendo as aquisições realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros constantes do último balanço aprovado em Assembléia Geral. O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 6.656 mil.

Programa de Parcelamento Especial - PAES

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento especial para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº. 10.684/02. Os pedidos de



parcelamento, protocolados em 30 de julho de 2003, estavam programados para serem liquidados em 120 meses com atualização monetária pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os valores incluídos nesse programa incluíam a renúncia da liminar relativa à compensação integral de prejuízos fiscais do exercício de 1996 e da desistência dos processos de compensações de IPI, PIS e Cofins do exercício de 1998 com bases negativas de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados no exercício de 1995.

Em 17 de novembro de 2009 a Companhia aderiu ao novo parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 através da desistência formal do parcelamento especial e opção pelo pagamento a vista dos saldos remanescentes dos débitos com as devidas reduções de multa e juros de mora.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009, a movimentação do referido programa é como segue:

	<u>Impostos federais</u>
Total dos débitos incluídos no PAES, homologados pela Receita Federal em 2003	16.954
(+) Atualização monetária até 30/11/2009	5.562
(-) Total de pagamentos efetuados até 30/11/2009	(20.045)
(-) Redução conforme Lei 11.941/2009	(2.471)
Saldo dos débitos em 31 de dezembro de 2009	<u>-</u>

#### Adição à provisão para litígios

Em 2009 a Companhia adicionou a sua provisão o montante de R\$ 3.706, referente ao processo no. 11020.001972/2006-01 relacionado à compensação indevida de prejuízos fiscais e R\$ 806, referente ao processo nº 11020.001973/2006-48 relacionado à compensação indevida de base negativa. No mesmo período ocorreu baixa de provisão o valor de R\$ 1.439 referente aos processos 11020.1196/2001-27 e 11020.1194/2001-38 relacionados ao Finsocial/COFINS devido a ganho de causa onde já houve o trânsito em julgado dos respectivos processos.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

#### Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, na database 31 de dezembro de 2010, os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora:



Passivo contingente	2010			2009			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2010	2009
a) cível	1.065	1.582	2.170	235	1.542	2.116	55	55
b) tributário	5.059	13.407	160.175	4.620	13.071	156.159	5.836	5.836
c) trabalhista	74	5.924	1.077	674	5.776	1.050	325	183
d) previdenciário	730	1.882	-	712	1.834	-	964	964
<b>Total</b>	<b>6.928</b>	<b>22.795</b>	<b>163.422</b>	<b>6.241</b>	<b>22.223</b>	<b>159.325</b>	<b>7.180</b>	<b>7.038</b>

Consolidado:

Passivo contingente	2010			2009			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2010	2009
a) cível	1.065	1.582	2.170	235	1.542	2.116	55	55
b) tributário	5.130	13.407	160.175	4.870	13.071	156.159	5.839	5.839
c) trabalhista	74	5.924	1.077	674	5.776	1.050	324	183
d) previdenciário	730	1.882	-	712	1.834	-	964	964
<b>Total</b>	<b>6.999</b>	<b>22.795</b>	<b>163.422</b>	<b>6.491</b>	<b>22.223</b>	<b>159.325</b>	<b>7.182</b>	<b>7.041</b>

Cível – A maioria das ações são indenizatórias movidas por ex-funcionários em função dos distratos;

Tributário – Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando têm probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações.

## 10.2. Os diretores devem comentar sobre<sup>11</sup>:

### i. resultados das operações do emissor, em especial:

Segue, demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 (em IFRS), e 31 de dezembro de 2008.



	2010	2009	2008
Receita Bruta Total (sem eliminações)	694,1	595,3	592,5
Receita líquida consolidada	509,5	428,1	432,3
Lucro bruto consolidado	151,1	124,4	129,7
Lucro líquido consolidado	48,4	40,1	25,5
Lucro operacional Próprio (EBIT) – Consolidado	56,1	33,6	47,7
EBITDA Consolidado	77,0	53,3	67,3
Endividamento financeiro líquido consolidado	36,1	19,9	15,4
Resultado financeiro líquido (Rec.financeira-desp.financeira)	6,7	19,7	(12,9)
Despesas administrativas e comerciais consolidadas	(87,4)	(81,3)	(76,9)
Lucro consolidado por ação (em reais)	0,4841	0,4011	0,2524
<i>Exercício 2009 ajustado para IFRS</i>	Valores em R\$ milhões		

### iii. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm de:

- (a) Vendas nacionais de materiais de fricção, produtos que são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, borrachas, fibras, abrasivos, lubrificantes, etc.
- (b) Vendas internacionais de materiais de fricção, produtos que são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, borrachas, fibras, abrasivos, lubrificantes, etc.

Estes mesmos componentes se aplicam para os exercícios de 2010, 2009 e 2008.

### iv. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2010 os resultados operacionais foram influenciados por um custo adicional de R\$ 5,7 milhões com depreciação, calculado sobre a diferença da avaliação dos ativos imobilizados ao valor justo, em adequação ao IFRS.

O lucro líquido consolidado em 2009, ajustado para IFRS atingiu R\$ 40,1 milhões, representando um crescimento 57,3% sobre o lucro líquido consolidado de 2008. O montante representou margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 9,4%.

Em 2008 o lucro líquido consolidado atingiu R\$ 25,5 milhões no exercício ou 36,4% menos que o ano de 2009. Isto representou uma margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 5,9% ou 3,5 pontos percentuais menos que o exercício de 2009.

Em síntese as principais rubricas que influenciaram os resultados dos 3 últimos exercícios sociais foram:

2008

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 70,0% da receita líquida consolidada ou R\$ 302,6 milhões no exercício de 2008 contra R\$ 291,0 milhão de 2007 e que representou 69,3% da receita líquida. Este aumento é reflexo da consolidação dos custos da nova unidade industrial adquirida pela Fras-le no segundo semestre de 2008, sendo que em virtude da forte retração na indústria automobilística norte-americana a referida





unidade teve grande redução em sua demanda e conseqüentemente operou com capacidade produtiva ociosa.

#### Lucro Bruto

O lucro bruto consolidado chegou a R\$ 129,7 milhões em 2008, representando 30,0% de margem bruta e evoluindo 0,6% em relação a 2007, quando o lucro bruto totalizou R\$ 128,9 milhões ou 30,7% da receita líquida consolidada (margem bruta).

#### Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2008 representaram 18,9% sobre a receita líquida consolidada contra 17,4% no ano de 2007, ficando em R\$ 82,0 milhões (R\$ 73,2 milhões em 2007). Despesas como comissões, fretes e participação nos resultados sofreram aumento de valores no período em função do crescimento da receita e dos resultados. Despesas administrativas e comerciais da nova unidade dos Estados Unidos também afetaram as despesas operacionais consolidadas, tendo em vista a forte queda nas receitas daquela unidade.

#### 2009

##### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 69,6% da receita líquida consolidada ou R\$ 297,9 milhões no exercício de 2009 contra R\$ 302,6 milhões ao exercício de 2008 e que representou 70,0% da receita líquida. Com isso houve uma importante redução de R\$ 4,7 milhões nos custos dos produtos vendidos em 2009, fato que foi possível pelos trabalhos focados em melhorias nos processos produtivos.

#### Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 130,1 milhões no acumulado de 2009 e representou 30,4% da receita líquida consolidada, uma evolução de 0,3% em relação a 2008, quando o lucro bruto totalizou R\$ 129,7 milhões ou 30,0% da receita líquida consolidada.

#### Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2009 totalizaram R\$ 90,2 milhões, representando 21,0% sobre a receita líquida consolidada, enquanto em 2008 representou 18,9%, ficando em R\$ 82,0 milhões. Este acréscimo em termos percentuais e valor está relacionado à redução mais do que proporcional na receita no período em virtude dos efeitos da crise, por custos com indenizações trabalhistas que foram necessários para adequar a Companhia ao momento recessivo da economia, e também pelo custo de implementação da unidade industrial da China e pelos resultados da unidade industrial do Alabama.



2010

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 70,3% da receita líquida consolidada ou R\$ 358,4 milhões no exercício de 2010 contra R\$ 303,7 milhões ao exercício de 2009 e que representou 70,9% da receita líquida. Com isso houve uma importante redução de R\$ 2,2 milhões nos custos dos produtos vendidos em 2010 proporcionalmente a receita líquida consolidada, fato que foi possível pelos trabalhos focados em melhorias nos processos produtivos.

#### Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 151,1 milhões no acumulado de 2010 e representou 29,7% da receita líquida consolidada, uma evolução de 0,6 pontos percentuais em relação a 2009, quando o lucro bruto totalizou R\$ 124,4 milhões ou 29,1% da receita líquida consolidada.

#### Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2010 totalizaram R\$ 95,0 milhões, representando 18,7% sobre a receita líquida consolidada, enquanto em 2009 representou 21,1%, ficando em R\$ 90,7 milhões. Esta redução em termos percentuais está relacionado à trabalhos internos focados em redução de custos operacionais e também evolução da receita líquida consolidada.

- j. [variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços](#)

2008

Apesar da receita bruta da Fras-le de R\$ 557,8 milhões em 2008 ter apresentado um crescimento de 6,5% sobre os R\$ 523,6 milhões de 2007, dois fatores importantes impactaram no seu desempenho ao longo do exercício. A depreciação do dólar frente ao real durante os meses de janeiro a agosto de 2008, que comprometeu a conversão para reais, dos dólares faturados, sendo que nestes oito meses o valor médio de cada dólar ficou em R\$ 1,6727 para um montante de US\$ 56,8 milhões de exportações. O outro fator de impacto foi o início da atual crise financeira e econômica mundial em setembro de 2008 que, apesar de impor uma valorização nas taxas do dólar frente ao real, e dessa forma beneficiar os valores faturados pela Companhia com exportações, desencadeou uma forte desaceleração da economia, provocando uma redução nos volumes vendidos pela Fras-le no último trimestre de 2008, pois faltou realizar aproximadamente 6% do volume total de vendas previsto para o ano.

2009



Apesar da taxa do dólar médio de 2009 (R\$ 1,9967) ter sido superior que a do ano de 2008 (R\$ 1,8348), a conversão para reais dos dólares faturados ficou prejudicada em 2009, pois as taxas mais altas ocorreram durante o primeiro semestre do ano, oscilando numa média de R\$ 2,1912 por dólar, sendo que foi nesse período que os volumes de vendas reduziram, por consequência da crise. Além disso, as exportações em dólar apresentaram queda em 2009, comparadas ao ano passado, também por consequência da crise.

2010

Mesmo com um dólar médio de R\$ 1,76 em 2010, o qual foi 13,1% inferior aos R\$ 1,99 de 2009, o faturamento em reais no mercado externo apresentou uma considerável evolução, totalizando R\$ 227,2 milhões em 2010, valor 25,1% superior ao ano de 2009 e 27,3% maior que 2008. Este fato se deve, principalmente pelo aumento nos volumes vendidos no mercado externo.

- k. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

2008

Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração operacional de caixa) totalizou em 2008 R\$ 67,3 milhões ou 15,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2007 registrou R\$ 72,9 milhões ou 17,3% sobre a receita líquida. Tanto em valor, como em margem, o EBITDA apresentou retração refletida pelos aumentos de custos de produção em virtude da capacidade produtiva ociosa e despesas administrativas da unidade dos Estados Unidos, e também que nos volumes de venda, inclusive na Fras-le Brasil pela retração na economia em virtude do início da crise financeira no quarto trimestre de 2008.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional no ano de 2008 foi positivo de R\$ 0,6 milhões contra um resultado de R\$ 6,2 milhões positivo em 2007. Parcela significativa do valor de 2007 se refere à venda de ativo no primeiro trimestre de 2007. Já no ano de 2008 não houve eventos de destaque.

Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou 2007 em R\$ 16,5 milhões, reduziu para R\$ 15,4 milhões no final de dezembro de 2008, o equivalente a 2,7 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). O aumento de 21,7% ou R\$ 19,2 nas disponibilidades da Companhia foi o fator que permitiu o endividamento financeiro líquido não absorver o reflexo negativo da oscilação cambial.



## Resultado Financeiro líquido

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) reduziu de R\$ 1,2 milhão positivo em 2007, para R\$ 12,9 milhões negativos em 2008. Este fato ocorreu pelo efeito da alta do dólar nas operações de NDF contratadas pela Companhia para proteger parte das suas exportações.

2009

### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 53,9 milhões ou 12,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2008 registrou R\$ 67,3 milhões ou 15,6% sobre a receita líquida. As margens e valor apresentaram queda em virtude de todos os efeitos citados anteriormente, nos outros indicadores.

### Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou 2008 em R\$ 15,4 milhões, aumentou para R\$ 19,9 milhões no final de dezembro de 2009, o equivalente a 4,5 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). Apesar das amortizações, ocorreu no período a contratação de um novo e expressivo financiamento no montante de R\$ 48,6 milhões junto ao BNDES/Banco do Brasil. Em contrapartida houve um aumento nas disponibilidades, o que praticamente anulou o efeito desse financiamento.

## Resultado Financeiro líquido

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 12,9 milhões negativos em 2008, para R\$ 19,3 milhões positivos em 2009. Este fato foi possível devido aos novos patamares nas taxas do dólar, que reverteu o efeito negativo sofrido nas operações de NDF no último trimestre de 2008.

2010

### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 77,0 milhões ou 15,1% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2008 registrou R\$ 67,3 milhões ou 15,6% sobre a receita líquida. A margem apresentou uma pequena queda em virtude de reajustes de preços em algumas *commodities* terem sido superior a meta prevista.

### Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou 2009 em R\$ 19,9 milhões, aumentou para R\$ 36,1 milhões no final de dezembro de 2010, o equivalente a 5,6 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). Apesar das amortizações, ocorreu no período a contratação de um novo e expressivo financiamento no montante de R\$ 56,0 milhões junto ao Banco Santander/EXIM.



## Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) que em 2009 havia encerrado positivo em R\$ 19,7 milhões, encerrou o exercício de 2010 em R\$ 6,7 milhões, também positivo.

**10.3.** Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2008

Teve início a constituição da unidade industrial na China, sendo que ocorreram a contabilização de despesas pré-operacionais em decorrência.

Durante o segundo semestre de 2008 foi adquirida a unidade industrial do Alabama, nos Estados Unidos, a qual passou por uma reestruturação, impactando em custos. Outro fator que impactou no resultado foi a retração econômica da indústria automobilística norte-americana, gerando forte retração nas vendas da unidade do Alabama, ociosidade operacional e, conseqüentemente, impactando nos custos operacionais.

2009

No decorrer do exercício de 2009 o desempenho da Fras-le também foi impactado pela consolidação dos resultados pré-operacionais da unidade da China, pelo custo de sua implementação, e também, a forte retração da indústria automobilística norte-americana, que comprometeu os resultados operacionais da unidade do Alabama.

2010

Já em fase operacional desde julho de 2009, a unidade industrial da China passou durante o exercício de 2010 pela primeira expansão, com acréscimo de área e máquinas, sendo que praticamente duplicou a sua capacidade produtiva.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.



#### 10.4. Os diretores devem comentar<sup>1</sup>:

##### I. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) e os novos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

##### Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2008.

##### a) Controladora (R\$ mil)

	31/12/07	Data da transição - 01/01/2008	
	Saldos	Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	<u>192.411</u>	<u>2.978</u>	<u>195.389</u>
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.800	-	91.800
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978



**Resumo dos ajustes**

{a} Ajustes contra lucros acumulados	<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado	4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros	67
{a3} Ajustes a valor presente	(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(1.535)

b) Consolidado(R\$ mil)

	31/12/07 Saldos	Data da transição - 01/01/2008	
		Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	<u>191.790</u>	<u>2.978</u>	<u>194.768</u>
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.179	-	91.179
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978

**Resumo dos ajustes**

{a} Ajustes contra lucros acumulados	<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado	4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros	67
{a3} Ajustes a valor presente	(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(1.535)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010 também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquela data (BRGAAP antigo), estão sendo apresentadas para fins de comparação e contemplam os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais de contabilidade.



Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações individuais e consolidadas, a data de transição foi considerada como sendo 1º de janeiro de 2009, sendo esta data para mensuração inicial e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

#### m. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 – em R\$ mil.

	<b>Controladora 2008</b>	<b>Consolidado 2008</b>
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	26.856	25.522
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Medida Provisória nº 449/08	2.978	2.978
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(321)	(321)
Despesa de depreciação de bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro	187	187
Despesas financeiras decorrentes de contratos de arrendamento financeiro	10	10
Reversão despesas de leasing	(344)	(344)
Ajustes a valor presente de contas a receber e contas a pagar		
Receita financeira	(7.732)	(7.732)
Receita de vendas	8.585	8.585
Despesa financeira	3.045	3.045
Custo dos produtos vendidos	(3.166)	(3.166)
Ajustes acumulados de conversão	1.991	1.991
Diferenças temporárias de IR e CSLL	(90)	(90)
Lucro líquido sem os efeitos da Lei 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	31.999	30.665
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória No 449/08	5.143	5.143
	<b>2008 Controladora</b>	<b>2008 Consolidado</b>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro		
Ajustes na data da transição reconhecidos em	210.079	208.125
Lucros acumulados	(2.978)	(2.978)
Ajustes acumulados de conversão	(1.991)	(1.991)
Diferença entre o resultado líquido de 2008 e o resultado ajustado	5.143	5.143
Patrimônio líquido em 31 de dezembro 2008, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	210.253	208.299

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs e IFRS para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura





considerado foi o de 1 de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs e IFRS. Esta nota, explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para rerepresentar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial anteriormente publicado, preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e IFRS, e foram preparadas em conformidade com o CPC 37 e 43 e com o IFRS1.

As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e foram apresentadas em conformidade com o CPC 37 e 43.

A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação de certas informações contidas nas informações trimestrais (ITRs), de 2010 apresentadas anteriormente, e que já incluíam os ajustes requeridos em formato comparativo com 2009 (vide nota 30).

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou algumas isenções opcionais e algumas exceções de aplicação retrospectiva.

#### Exceções de aplicação retrospectiva

#### Estimativas

As estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas registradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.



### Isenções adotadas

#### *Custo atribuído:*

A Companhia aplicou o valor justo para determinar itens de seu ativo imobilizado (terrenos, edificações e certas máquinas e equipamentos) ao valor justo na data base de 1º de janeiro de 2009. O laudo de avaliação dos bens foi realizado por Empresa especializada, que determinou o seu valor justo em R\$ 244.303, um aumento de R\$92.941, registrado no ativo imobilizado em contra partida no patrimônio líquido, na conta de resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

A Companhia aplicou o valor justo para determinar itens de seu ativo imobilizado (terrenos, edificações e certas máquinas e equipamentos) ao valor justo na data base de 1º de janeiro de 2009. O laudo de avaliação dos bens foi realizado por Empresa especializada, que determinou o seu valor justo em R\$ 244.303, um aumento de R\$92.941, registrado no ativo imobilizado em contra partida no patrimônio líquido, na conta de resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

Os efeitos decorrentes da adoção do valor justo para alguns ativos imobilizados, em 1º de janeiro de 2009, foram:

	<b>1/1/2009</b>	<b>Ajuste do custo</b>	<b>1/1/2009</b>
	<b>publicado</b>	<b>atribuído</b>	<b>reapresentado</b>
Terrenos	1.080	22.625	23.705
Prédios e benfeitorias	43.719	25.071	68.790
Maquinas e equipamentos	226.744	45.245	271.989
Outros imobilizados	39.395	-	39.395
Total	310.938	92.941	403.879

#### *Benefício a empregados:*

De acordo com as avaliações da Companhia, foi aplicada a isenção prevista em relação à contabilização de benefícios pós-emprego a empregados e registrados os ganhos e perdas atuariais e os custos dos serviços passados não reconhecidos até a data de transição, na conta



de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Esses ganhos e perdas atuariais na data da transição foram calculados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 Benefícios a empregados. Os ganhos e perdas atuariais apurados em período subsequente à data de transição foram reconhecidos via outros resultados abrangentes. Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes, não existem ativos e passivos a serem reconhecidos na data de transição.

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01.01.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

Balanco patrimonial controladora

	31/12/09			01/01/2009		
	BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS	BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS
	publicado	transição	ajustado	publicado	transição	ajustado
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Disponibilidades	201.404	-	<b>201.404</b>	100.321	-	<b>100.321</b>
Clientes	70.927	-	<b>70.927</b>	77.585	-	<b>77.585</b>
Estoques	46.734	-	<b>46.734</b>	72.907	-	<b>72.907</b>
Impostos a recuperar	4.999	-	<b>4.999</b>	5.704	-	<b>5.704</b>
Impostos diferidos (a)	4.247	(4.247)	-	9.232	(9.232)	-
Outras contas	6.641	-	<b>6.641</b>	3.492	-	<b>3.492</b>
	<b>334.952</b>	<b>(4.247)</b>	<b>330.705</b>	<b>269.241</b>	<b>(9.232)</b>	<b>260.009</b>
<b>Não circulante</b>						
<b>Realizável a longo prazo</b>						
Impostos diferidos (a, e)	2.478	5.558	<b>8.036</b>	1.778	10.240	<b>12.018</b>
Impostos a recuperar	2.182	-	<b>2.182</b>	4.022	-	<b>4.022</b>



Depósitos judiciais	(i)	6.190	848	<b>7.038</b>	6.333	2.013	<b>8.346</b>
Randonprev – avaliação atuarial	(d)	-	1.277	<b>1.277</b>	-	-	-
Outras contas	(j)	1.567	849	<b>2.416</b>	5.802	849	<b>6.651</b>
		<b>12.417</b>	<b>8.532</b>	<b>20.949</b>	<b>17.935</b>	<b>13.102</b>	<b>31.037</b>
Investimentos	(j, k)	9.842	(4.091)	<b>5.751</b>	13.402	(3.811)	<b>9.591</b>
Imobilizado	(b)	150.062	87.540	<b>237.602</b>	140.453	92.941	<b>233.394</b>
Intangível		1.425	-	<b>1.425</b>	1.850	-	<b>1.850</b>
		<b>173.746</b>	<b>91.981</b>	<b>265.727</b>	<b>173.640</b>	<b>102.232</b>	<b>275.872</b>
		<b>508.698</b>	<b>87.734</b>	<b>596.432</b>	<b>442.881</b>	<b>93.000</b>	<b>535.881</b>

	31/12/2009			01/01/2009		
	BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS	BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS
	publicado	transição	ajustado	publicado	transição	Ajustado
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Financiamentos e empréstimos	82.127	-	<b>82.127</b>	51.442	-	<b>51.442</b>
Fornecedores	13.791	-	<b>13.791</b>	8.847	-	<b>8.847</b>
Instrumentos financeiros derivativos	43	-	<b>43</b>	17.176	-	<b>17.176</b>
Impostos e contribuições	5.938	-	<b>5.938</b>	4.575	-	<b>4.575</b>
Salários e férias	12.693	-	<b>12.693</b>	12.179	-	<b>12.179</b>
Dividendos	2.193	-	<b>2.193</b>	104	-	<b>104</b>
Juros sobre o capital próprio	6.310	-	<b>6.310</b>	5.604	-	<b>5.604</b>
Participações dos empregados e Adm	6.717	-	<b>6.717</b>	4.039	-	<b>4.039</b>
Impostos diferidos	(a)	196	(196)	-	281	(281)
Comissões	1.361	-	<b>1.361</b>	890	-	<b>890</b>
Outras contas	6.909	-	<b>6.909</b>	4.862	-	<b>4.862</b>
	<b>138.278</b>	<b>(196)</b>	<b>138.082</b>	<b>109.999</b>	<b>(281)</b>	<b>109.718</b>
<b>Não circulante</b>						
Financiamentos e empréstimos	126.600	-	<b>126.600</b>	111.245	-	<b>111.245</b>
Impostos e contribuições	-	-	-	8.042	-	<b>8.042</b>
Impostos diferidos	(a, e)	-	30.272	<b>30.272</b>	13	31.881
Provisão para litígios	(i)	5.393	848	<b>6.241</b>	2.186	2.013



Outras contas	(c)	1.218	610	<b>1.828</b>	1.317	-	<b>1.317</b>
		<u>133.211</u>	<u>31.730</u>	<u><b>164.941</b></u>	<u>122.803</u>	<u>33.894</u>	<u><b>156.697</b></u>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		118.000	-	<b>118.000</b>	100.000	-	<b>100.000</b>
Reserva de capital		-	-	-	611	-	<b>611</b>
Reservas de lucros	(c, d, e, f, k)	120.010	(2.098)	<b>117.912</b>	107.477	(1.954)	<b>105.523</b>
Ajuste acumulado de conversão		(801)	801	-	1.991	(1.991)	-
Resultados Abrangentes	(b, d, e)	-	57.497	<b>57.497</b>	-	63.332	<b>63.332</b>
		<u>237.209</u>	<u>56.200</u>	<u><b>293.409</b></u>	<u>210.079</u>	<u>59.387</u>	<u><b>269.466</b></u>
Total do patrimônio líquido							
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>508.698</u>	<u>87.734</u>	<u><b>596.432</b></u>	<u>442.881</u>	<u>93.000</u>	<u><b>535.881</b></u>

	Notas	31/12/09			01/01/2009		
		BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS	BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS
		publicado	transição	ajustado	publicado	transição	ajustado
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Disponibilidades		205.314	-	<b>205.314</b>	107.512	-	<b>107.512</b>
Clientes		61.329	-	<b>61.329</b>	69.014	-	<b>69.014</b>
Estoques		64.532	-	<b>64.532</b>	92.421	-	<b>92.421</b>
Impostos a recuperar		9.420	-	<b>9.420</b>	6.917	-	<b>6.917</b>
Impostos diferidos	(a)	6.260	(6.260)	-	10.654	(10.654)	-
Outras contas		4.072	-	<b>4.072</b>	4.197	-	<b>4.197</b>
		<u>350.927</u>	<u>(6.260)</u>	<u><b>344.667</b></u>	<u>290.715</u>	<u>(10.654)</u>	<u><b>280.061</b></u>
<b>Não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Impostos diferidos	(a, e)	2.478	6.468	<b>8.946</b>	2.151	10.654	<b>12.805</b>
Impostos a recuperar		2.182	-	<b>2.182</b>	4.022	-	<b>4.022</b>
Depósitos judiciais	(i)	6.193	848	<b>7.041</b>	6.360	2.013	<b>8.373</b>
Randonprev – avaliação atuarial	(d)	-	1.277	<b>1.277</b>	-	-	-
Outras contas	(j)	1.589	849	<b>2.438</b>	6.372	849	<b>7.221</b>
		<u>12.442</u>	<u>9.442</u>	<u><b>21.884</b></u>	<u>18.905</u>	<u>13.516</u>	<u><b>32.421</b></u>



Investimentos	(j)	1.106	(849)	<b>257</b>	1.106	(849)	<b>257</b>
Imobilizado	(b)	161.416	87.540	<b>248.956</b>	151.362	92.941	<b>244.303</b>
Intangível		1.484	-	<b>1.484</b>	1.867	-	<b>1.867</b>
		<u>176.448</u>	<u>96.133</u>	<u><b>272.581</b></u>	<u>173.240</u>	<u>105.608</u>	<u><b>278.848</b></u>
		<u>527.375</u>	<u>89.873</u>	<u><b>617.248</b></u>	<u>463.955</u>	<u>94.954</u>	<u><b>558.909</b></u>

	31/12/2009			01/01/2009			
		BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS	BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS
	Notas	publicado	transição	ajustado	publicado	transição	Ajustado
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Financiamentos e empréstimos		86.403	-	<b>86.403</b>	58.618	-	<b>58.618</b>
Fornecedores		17.188	-	<b>17.188</b>	11.711	-	<b>11.711</b>
Instrumentos financeiros derivativos		43	-	<b>43</b>	17.176	-	<b>17.176</b>
Impostos e contribuições		5.946	-	<b>5.946</b>	4.711	-	<b>4.711</b>
Salários e férias		13.046	-	<b>13.046</b>	12.655	-	<b>12.655</b>
Dividendos		2.193	-	<b>2.193</b>	104	-	<b>104</b>
Juros sobre o capital próprio		6.310	-	<b>6.310</b>	5.604	-	<b>5.604</b>
Participações dos empregados e Administradore		6.717	-	<b>6.717</b>	4.039	-	<b>4.039</b>
Impostos diferidos	(a)	196	(196)	-	281	(281)	-
Comissões		1.318	-	<b>1.318</b>	431	-	<b>431</b>
Partes Relacionadas		374	-	<b>374</b>	253	-	<b>253</b>
Outras contas		6.728	-	<b>6.728</b>	4.823	-	<b>4.823</b>
		<u>146.462</u>	<u>(196)</u>	<u><b>146.266</b></u>	<u>120.406</u>	<u>(281)</u>	<u><b>120.125</b></u>
<b>Não circulante</b>							
Financiamentos e empréstimos		138.789	-	<b>138.789</b>	122.930	-	<b>122.930</b>
Impostos e contribuições		-	-	-	8.042	-	<b>8.042</b>
Impostos diferidos	(a, e)	-	30.272	<b>30.272</b>	13	31.881	<b>31.894</b>
Provisão para litígios	(i)	5.643	848	<b>6.491</b>	2.711	2.013	<b>4.724</b>
Outras contas	(c)	1.217	610	<b>1.827</b>	1.317	-	<b>1.317</b>
		<u>145.649</u>	<u>31.730</u>	<u><b>177.379</b></u>	<u>135.013</u>	<u>33.894</u>	<u><b>168.907</b></u>



Participação de acionistas não controladores	(h)	194	(194)	-	411	(411)	-
Patrimônio líquido							
Capital social		118.000	-	<b>118.000</b>	100.000	-	<b>100.000</b>
Reserva de capital		-	-	-	611	-	<b>611</b>
Reservas de lucros	(c, d, e, f)	117.871	41	<b>117.912</b>	105.523	-	<b>105.523</b>
Ajuste acumulado de conversão		(801)	801	-	1.991	(1.991)	-
Resultados Abrangentes	(b, d, e)	-	57.497	<b>57.497</b>	-	63.332	<b>63.332</b>
Total da participação dos controladores		<u>235.070</u>	<u>58.339</u>	<u><b>293.409</b></u>	<u>208.125</u>	<u>61.341</u>	<u><b>269.466</b></u>
Participação de acionistas não controladores	(h)	-	194	<b>194</b>	-	411	<b>411</b>
Total do patrimônio líquido		<u>235.070</u>	<u>58.533</u>	<u><b>293.603</b></u>	<u>208.125</u>	<u>61.752</u>	<u><b>269.877</b></u>
Total		<u>527.375</u>	<u>89.873</u>	<u><b>617.248</b></u>	<u>463.955</u>	<u>94.954</u>	<u><b>558.909</b></u>



Demonstração do resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado			
		BRGAAP anterior	Efeitos de	CPC/IFRS	BRGAAP anterior	Efeitos de	CPC/IFRS
	Nota	publicado	transição	ajustado	publicado	transição	ajustado
Receita operacional líquida	(k)	405.675	(1.218)	<b>404.457</b>	428.055	-	<b>428.055</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(g, k)	(283.835)	(4.824)	<b>(288.659)</b>	(297.920)	(5.762)	<b>(303.682)</b>
Lucro bruto		121.840	(6.042)	<b>115.798</b>	130.135	(5.762)	<b>124.373</b>
Receitas (despesas) operacionais							
Vendas		(41.656)	-	<b>(41.656)</b>	(44.632)	-	<b>(44.632)</b>
Administrativas e gerais		(25.746)	-	<b>(25.746)</b>	(33.559)	-	<b>(33.559)</b>
Honorários da administração		(3.071)	-	<b>(3.071)</b>	(3.071)	-	<b>(3.071)</b>
Despesas financeiras	(f)	(39.022)	361	<b>(38.661)</b>	(40.989)	361	<b>(40.628)</b>
Receitas financeiras		60.189	-	<b>60.189</b>	60.280	-	<b>60.280</b>
Resultado da equivalência patrimonial		(4.218)	-	<b>(4.218)</b>	-	-	-
Outras (despesas) receitas líquidas	(c,d)	(8.373)	(486)	<b>(8.859)</b>	(8.960)	(486)	<b>(9.446)</b>
Lucro antes do imposto de renda, da							
contribuição social e das participações estatutárias		59.943	(6.167)	<b>53.776</b>	59.204	(5.887)	<b>53.317</b>
Imposto de renda e contribuição social	(e)	(14.002)	2.220	<b>(11.782)</b>	(13.385)	2.125	<b>(11.260)</b>
Participação dos administradores nos lucros		(1.860)	-	<b>(1.860)</b>	(1.860)	-	<b>(1.860)</b>
Lucro líquido antes das participações de		44.081	(3.947)	<b>40.134</b>	43.959	(3.762)	<b>40.197</b>
acionistas não controladores							
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	(63)	-	<b>(63)</b>
Lucro líquido do exercício		44.081	(3.947)	<b>40.134</b>	43.896	(3.762)	<b>40.134</b>





## Lucro líquido e patrimônio líquido da Companhia

<b>Controladora</b>				
		<b>Lucro líquido</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	
<b>Nota</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>	
Saldos anteriormente publicado	44.081	237.209	210.079	
Valor atribuído (b)	-	92.941	92.941	
Lucro não realizado (descendente) nos estoques (k)	(280)	(3.242)	(2.962)	
Depreciação (g)	(5.762)	(5.762)	-	
Provisão Desvínculo (c)	(610)	(610)	-	
Avaliação atuarial (d)	124	1.277	-	
Despesas financeiras (f)	361	361	-	
Impostos diferidos (e)	2.220	(28.765)	(30.592)	
Saldos reapresentado	40.134	293.409	269.466	

<b>Consolidado</b>				
		<b>Lucro líquido</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	
<b>Nota</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>	
Saldos da controladora conforme o BR GAAP	43.896	235.069	208.125	
Valor atribuído (b)	-	92.941	92.941	
Depreciação (g)	(5.762)	(5.762)	-	
Provisão Desvínculo (c)	(610)	(610)	-	
Avaliação atuarial (d)	124	1.277	-	
Despesas financeiras (f)	361	361	-	
Impostos diferidos (e)	2.125	(29.867)	(31.600)	
Saldos reapresentado	40.134	293.409	269.466	



## Fluxos de caixa da Companhia - 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS	BRGAAP anterior	Ajustes de	CPC/IFRS
	publicado	transição	ajustado	publicado	transição	Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	86.911	(1.168)	85.743	81.156	(1.184)	79.972
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(29.505)	(382)	(29.887)	(28.561)	(360)	(28.921)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	43.677	1.550	45.227	45.207	1.554	46.751

(a) Refere-se a reclassificação de imposto de renda e contribuição social diferidos, que no BRGAAP anterior os saldos foram apresentados no circulante e não circulante, conforme expectativa de realização, e na adoção dos CPCs e do IFRS foram integralmente reclassificados como não circulante.

(b) A Companhia optou por adotar mensurar certos itens do imobilizado pelo denominado "custo atribuído", em 1º de janeiro de 2009, vide maiores detalhes na Nota 4.a;

(c) Refere-se a provisão para desvinculo de funcionário quando de sua aposentadoria conforme política da Companhia que consiste em pagamento de 1,5 salário nominal na data da aposentadoria. O efeito desta mudança no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$610 no ativo não circulante, em contra partida do resultado. Adicionalmente foi constituído no ativo não circulante imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$153;

(d) A adoção do pronunciamento técnico CPC33 - Benefício a Empregados originou o registro contábil de ganhos atuariais sobre o plano de benefício à funcionários no ativo não circulante no montante de R\$1.277 em contra partida do patrimônio líquido no valor de R\$1.153 e resultado do exercício no valor de R\$124 ;

(e) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes necessários para a transição para os CPCs e IFRS;

(f) Refere-se a reclassificação de juros sobre empréstimos relacionados com construções de ativos qualificáveis, registrados anteriormente como despesa financeira na demonstrações do resultado. Pela adoção do pronunciamento técnico CPC20 – Custo de Empréstimos, a companhia registrou o montante de R\$361 no ativo imobilizado referente a custos de empréstimos relacionados com bens qualificáveis, em contra partida do resultado;



*(g) Refere-se ao cálculo da depreciação do exercício de 2009 no montante de R\$5.762, sobre o incremento ao valor do imobilizado, pela adoção do custo atribuído registrado em 1º de janeiro de 2009;*

*(h) Refere-se a participação de acionista não controladores, que anteriormente, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme NBC T 08 (Norma Brasileira de Contabilidade), a participação de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas deve ser destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido. Pela adoção do CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e aos não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária;*

*(i) Refere-se a reclassificação de depósito judicial e para o ativo não circulante, uma vez que conforme CPC 37 e IFRS 1, uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida;*

*(j) Refere-se a bem destinado a venda, que conforme o CPC 31 deve ser registrado como ativo não circulante, e mensurados pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda, se o seu valor será recuperado, por meio de transação de venda.*

*(k) Eliminação do lucro não realizado nos estoques de operações downstream, conforme CPC 18 investimento em coligada e em controlada.*

Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informações financeiras do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- *IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e*



de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, entraram em vigor nos exercícios de 2010 e/ou 2009. A adoção não produziram impacto significativo nestas demonstrações financeiras, mas podem impactar a contabilização de transações ou contratos futuros:

- IAS 16 (emenda) - Ativo Imobilizado;
- IAS 19 (emenda) - Benefícios a Empregados;
- IAS 23 (emenda) - Custos de Empréstimos;
- IAS 32 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 38 (emenda) - Ativos Intangíveis;
- IAS 39 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- IFRS 1 (emenda) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;



- IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações;
- IFRS 3 Combinações de Negócios (revisada);
- IFRS 5 - Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- IFRIC 12 – Contratos de concessão;
- IFRIC 13 – Programa de fidelização de clientes;
- IFRIC 17 – Distribuições de Ativos Não Monetários a Acionistas;
- IFRIC 18 – Transferência de ativos de clientes;
- IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

n. ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Não se aplica.

**10.5.** Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são descritas conforme segue:

*Base de consolidação*

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Fras-le S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, apresentadas abaixo:

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Fras-le Argentina S.A. (a)	<b>94,00</b>	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	<b>100,00</b>	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	<b>99,00</b>	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	<b>99,66</b>	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	<b>100,00</b>	100,00
Fras-le Europe (a)	<b>100,00</b>	100,00

(a) Sociedades controladas no exterior

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não



controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

#### *Reconhecimento de receita*

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### Dividendos

A receita com dividendos é reconhecida quando o direito de recebê-lo está estabelecido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes



do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

ii. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominadas na moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

*Caixa e equivalente de caixa*

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 6.

*Contas a receber de clientes*



As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as estimativas de custos de conclusão e os necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

*Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.*

*Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.*

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda





resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43

#### *Custos de empréstimos*

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

#### *Ativos intangíveis*

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*



A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.



Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## *Provisões*

### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## *Tributação*

### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto



sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados dedutivamente do custo dos produtos vendidos.

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de



negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.



Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

*A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados. Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.*

#### *Outros benefícios a empregados*

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada – contribuição definida, (Nota 23). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

#### *Lucro por ação*

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

#### *Ações em tesouraria*



Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

#### *Demonstrações dos fluxos de caixa*

*As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.*

#### *Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e instrumentos derivativos. Esse ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.



## Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

### *Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a





mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

### *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, em contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A partir de 2010 a Companhia passou a utilizar o registro de derivativos como hedge accounting, classificados na modalidade de Hedge de fluxo de caixa, com



o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

- A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.
  
- Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.
  
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.



- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.
  
- Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

### *Informação por segmento*

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

### **10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Com base nas melhores práticas, a Fras-le, através da estrutura de Auditoria Interna da controladora Randon SA Implementos e Participações, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

A estrutura de pessoas supracitada, com dedicação exclusiva, assim como os investimentos em tecnologia e em capacitação de pessoal, confirma que a gestão de controles internos e *compliance* na Randon é efetiva, atendendo às exigências dos órgãos reguladores.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são freqüentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais *frameworks* de controles.

Nos testes efetuados, não foram identificadas, até o momento, deficiências que possam comprometer a segurança dos controles internos.



Oportuno ressaltar os benefícios, em âmbito corporativo, advindos da crescente difusão da importância da cultura de controle, investimentos em recursos tecnológicos, incremento da qualidade dos processos operacionais e administrativos e da robustez dos controles associados e aprimoramento dos requerimentos voltados às melhores práticas de Governança Corporativa.

**b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente é relacionado o seguinte:

No parecer dos auditores independentes emitido sem ressalvas para as demonstrações financeiras da Fras-le encerradas em 31 de dezembro de 2010 está por eles relatados o seguinte: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fras-le S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência



a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**10.7.** Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários comentar<sup>1</sup>:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados



- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

**10.8.** Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando<sup>1</sup>:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial:
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2010, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

Em 31 de dezembro de 2010, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou

**10.9.** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

**10.10.** Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos:
- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor
- c. novos produtos e serviços, indicando:

2008

Com a necessidade de maiores investimentos em modernização de máquinas e equipamentos, aumento de capacidade produtiva, e também, por ter sido um ano importante para a Fras-le no avanço da estratégia de internacionalização de seus



negócios, o exercício de 2008 ficou marcado pela superação da média anual de investimentos dos últimos 5 anos. No decorrer do ano o valor contabilizado em investimentos atingiu o montante de R\$ 52,3 milhões, os quais representam um crescimento de 89,5% comparados aos R\$ 27,6 milhões investidos no exercício de 2007. Do total de investidos no exercício, as parcelas mais relevantes foram destinadas para: máquinas e equipamentos R\$ 12,6 milhões, construções e reformas R\$ 11,2 milhões, unidades do exterior R\$ 10,8 milhões, campo de provas R\$ 9,4 milhões e ferramentas R\$ 6,8 milhões.

Uma das principais iniciativas da Companhia em 2008 foi a aquisição dos negócios de pastilhas de freios da Haldex Brake Products Corporation. Localizada em Prattville, no Estado do Alabama (EUA), a unidade tem como atividades a produção de pastilhas de freio para veículos comerciais.

Em 2008, a Fras-le também iniciou os investimentos na constituição da unidade industrial na China. A nova unidade, instalada na cidade de Pinghu, Província de Zhejiang, tem como atividades a fabricação lonas e pastilhas de freios para veículos comerciais.

Apesar de terem sido muito afetadas por fatores climáticos e passar por alterações no cronograma, a Fras-le também avançou nas obras do campo de provas. Este empreendimento representa para a Fras-le o refinamento da sua linha de produtos, pois proporcionará ganhos e diferenciais tecnológicos, que resultarão em melhor desempenho e economia.

Na planta de Caxias do Sul foi concluído no final de 2008 um novo prédio e as devidas instalações de máquinas e equipamentos, para abrigar a linha de produção de sapatas para freio e itens metálicos como plaquetas, utilizadas nas pastilhas de freio.

2009

Apesar do cenário recessivo do primeiro semestre de 2009, a Fras-le não se intimidou e deu continuidade aos projetos que estavam em andamento, e que são essenciais para atingir as metas de médio e longo prazo da Companhia. Um deles foi a conclusão da unidade industrial da China, que está em plena operação desde o segundo semestre de 2009. Outro projeto concluído foi o campo de provas, no final de 2009.

Mesmo assim, os investimentos de 2009 foram realizados em menor proporção, pois o cenário econômico recessivo ocorrido durante o ano exigiu uma postura conservadora. Do total de R\$ 26,8 milhões investidos no exercício, as parcelas mais relevantes foram destinadas para o campo de provas R\$ 11,2 milhões, máquinas e equipamentos R\$ 6,6 milhões, unidades do exterior R\$ 4,7 milhões e ferramentas R\$ 2,7 milhões.

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o BNDES, o IFC e o FINEP, Conforme já demonstrado anteriormente.



2010

Mesmo com uma forte pressão nos custos de produção, a Companhia conseguiu atingir crescimentos em praticamente todos os indicadores econômicos, Além disso conseguiu realizar investimentos que superaram em 51,5% o valor investido em 2009. Os investimentos concentraram-se, basicamente, para o aumento de capacidade produtiva, em especial as linhas de lonas para veículos comerciais (blocos) e unidade da China.

Investimentos – R\$ milhões		
	2010	2009
Máquinas e equipamentos	20,0	6,6
Ferramentas	7,0	2,7
Campo de provas	0,2	11,2
Equipamentos de informática	0,7	0,8
Móveis e utensílios	0,7	0,3
Veículos	0,4	0,1
Construções e reformas	0,9	0,4
Unidades do exterior	2,9	4,7
Intangível-Projeto ERP e software	7,8	0,0
<b>Total</b>	<b>40,6</b>	<b>26,8</b>

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o BNDES, o IFC e o FINEP, EXIM, conforme já demonstrado anteriormente.

**10.11.** Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nesta seção.



**Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência**

A seguir estão detalhadas as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, na AGO a ser realizada no dia 15 de abril de 2011

**12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**

**Conselho Fiscal (candidatos indicados pelo acionista controlador):**

<b>Membros Titulares</b>		
a. Nome:	<b>Benilda Waschow</b>	<b>Georges Pitseys</b>
b. Idade	63 anos	64 anos
c. Profissão	Advogada	Engenheiro
d. CPF	163.342.480-49	396.874.818-20
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheira Fiscal titular	Conselheiro Fiscal titular
f. Data da eleição	07/04/2010	07/04/2010
g. Data da posse	30/04/2010	30/04/2010
h. Prazo do mandato	1 ano	
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
<b>Membros Suplentes</b>		
a. Nome:	<b>Renato Francisco Toigo</b>	<b>Alzira Luisa Bettiato Zattera</b>
b. Idade	59 anos	53 anos
c. Profissão	Contador	Contadora

d. CPF	108.764.210-87	327.991.600-34
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal suplente	Conselheiro Fiscal suplente
f. Data da eleição	07/04/2010	07/04/2010
g. Data da posse	-0-	-0-
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

Não se aplica

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

- a. currículo, contendo as seguintes informações:
  - i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
  - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas
- b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
  - i. qualquer condenação criminal
  - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
  - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

### **Conselho Fiscal – membros titulares**

#### **Benilda Waschow**

a. Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta – acionista controladora da Companhia) - membro titular do Conselho Fiscal - Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Fras-le S.A. (companhia aberta) – Atividade principal: industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; Universidade de Caxias do Sul (Fundação de ensino superior) - professora titular de disciplinas relacionadas ao Direito Empresarial.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenada em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

#### **Georges Pitseys**

a. Fras-le S.A. (companhia aberta) - membro titular do Conselho Fiscal – Atividade principal: a industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; Try Testes e Simulações Ltda. – Sócio-diretor – Atividade principal: representações e assessoria; Pousada Georges Village (Bombinhas, SC) – Sócio-diretor – Atividade principal: hospedagem. Foi Diretor da Fras-le S.A. (companhia aberta) de abril de 1996 até dezembro de 2002.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

### **Conselho Fiscal – membros suplentes**

#### **Renato Francisco Toigo**

a. Toigo Contadores e Associados Ltda. – sócio-administrador – Atividade principal: empresa de prestação de serviços contábeis e assessoria administrativa e tributária; Universidade de Caxias do Sul (Fundação de Ensino superior) – professor de disciplinas do curso de Ciências Contábeis; Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - Diretor Fiscal – Atividade principal: agência reguladora governamental.

b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Alzira Luisa Bettiato Zattera**

- a. Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta) – Contadora até 2005 - Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Instituto Elisabetha Randon Pró Educação e Cultura – Membro efetivo do Conselho Fiscal - associação sem fins lucrativos (OSCIP), que atende crianças de sete a 14 anos no turno inverso ao turno escolar. Não ocupou cargo de administradora em Companhia Aberta nos últimos cinco anos.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenada em processo administrativo da CVM; e, não foi condenada, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Das pessoas indicadas pelo acionista controlador aos cargos de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal na AGO de 15 de abril de 2011, somente as pessoas abaixo relacionadas têm relação de parentesco mencionada no item 12.9 acima.

**Raul Anselmo Randon – Presidente do Conselho de Administração**

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Pai de Alexandre Randon – Vice-presidente do Conselho de Administração da acionista controladora
- ⇒ Pai de David Abramo Randon – Diretor-presidente da acionista controladora
- ⇒ Pai de Daniel Raul Randon – Diretor-presidente da Companhia.

**Daniel Raul Randon – Diretor-presidente**

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Filho de Raul Anselmo Randon – Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da acionista controladora
- ⇒ Irmão de David Abramo Randon – Diretor-presidente da acionista controladora
- ⇒ Irmão de Alexandre Randon – Vice-presidente do Conselho de Administração e Diretor-vice-presidente da acionista controladora

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Os administradores da Companhia não têm relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, (i) com sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia; (ii) com o acionista controlador direto ou indireto da Companhia; com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controladora ou controladas de algumas dessas pessoas.

## Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência

### 13. Remuneração dos administradores

#### 13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

Os honorários anuais do Conselho de Administração são pagos em doze parcelas anuais e os honorários da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal são pagos em treze parcelas, sendo duas pagas no mês de dezembro.

A Companhia não tem diretores não estatutários.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta de honorários fixos, de remuneração variável (representada por participação nos lucros), previdência privada e assistência médica.

Os honorários fixos têm por objetivo remunerar os administradores e fiscais pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado; a participação nos lucros visa desafiar a gestão a cada vez mais, buscar resultados que superem os estabelecidos no Planejamento Estratégico; a previdência privada tem busca garantir renda suplementar no período pós-carreira; e, a assistência médica tem como propósito facilitar seu acesso à saúde, bem como de seus dependentes, quando for o caso.

Os Diretores recebem participação nos lucros, que pode chegar ao montante dos honorários fixos dos administradores ou 8% (oito por cento) dos lucros da Companhia, o que for menor.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração fixa, correspondente a 10% da que em média for atribuída a cada Diretor estatutário, não computado no valor a ser pago a participação nos lucros dos Diretores. Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não existe proporção fixa, podendo esta variar de acordo com o desempenho da Companhia e deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração. A participação nos lucros dos administradores obedece aos limites estabelecidos na Lei 6404/76.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores, segregadas entre a Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Ano	Rubrica	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Honorários	46,06%	100%	100%
	Participação nos lucros	49,92%	N/A	N/A
	Previdência Privada	3,62%	N/A	N/A
	Assistência Médica	0,40%	N/A	N/A
2010	Honorários	45,63%	100%	100%
	Participação nos lucros	49,73%	N/A	N/A
	Previdência Privada	4,14%	N/A	N/A
	Assistência Médica	0,50%	N/A	N/A

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado, baseadas em pesquisas específicas, bem como parâmetros de inflação; a participação nos lucros segue os limites legais, em função do lucro realizado em cada exercício; a previdência privada é reajustada na mesma proporção do reajuste dos honorários fixos; e, a assistência medida obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os honorários obedecem a indicadores de acordo com as práticas de mercado, baseadas em pesquisas específicas, bem como parâmetros de inflação; e, a participação nos lucros o

desafio de otimizar os lucros da Companhia e a superação das metas estabelecidas no planejamento estratégico.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os honorários fixos acompanham práticas de mercado, através de pesquisa específica realizada anualmente e a participação nos lucros acompanha o desempenho da Companhia pelo lucro gerado em cada exercício.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

a. Órgão

Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

b. número de membros

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	4	5	4
2010	4 e 3	5	4
2011	3	5	4

NOTA: No ano de 2009 o Presidente do Conselho de Administração e o Diretor-presidente eram a mesma pessoa, sendo que no mês de abril de 2010 deixou a Diretoria permanecendo somente no Conselho de Administração. Assim, a partir de abril de 2010 a Diretoria passou a ser composta por três Diretores.



c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês – Não se aplica
- outros – Não se aplica

Ano	Rubrica	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Honorários **	1.716.849,00	529.632,00	158.776,00
	Assistência Médica	14.702,00	N/A	N/A
2010	Honorários	1.442.205,00	732.042,00	174.503,00
	Assistência Médica	15.598,00	N/A	N/A
Previsão*	Honorários	1.810.000,00	990.000,00	220.000,000
2011	Assistência Médica	16.700,00	N/A	N/A

No ano de 2009 até abril de 2010, os cargos de Diretor-presidente e Presidente do Conselho de Administração eram ocupados pela mesma pessoa e seus honorários foram pagos parte pelo exercício do cargo de Diretor e parte pelo exercício do cargo de Conselheiro, sendo demonstrada parcialmente nos dois órgãos.

\* O valor dos honorários previstos para 2011 levam em consideração o montante a ser submetido à deliberação na AGO, uma vez o Conselho de Administração ainda não fixou os valores individualizados, devendo fazê-lo após a realização da referida AGO. Quando da apresentação do Formulário de Referência os valores serão atualizados

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus – não se aplica
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões – não se aplica
- comissões – não se aplica
- outros – não se aplica

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
N/A 2009	Nº de membros a quem foi atribuída	4	N/A	N/A
	Participação nos lucros	1.860.270,00	N/A	N/A
2010	Nº de membros	3	N/A	N/A
	Participação nos lucros	1.571.671,00	N/A	N/A
Previsão 2011	Nº de membros	3	N/A	N/A
	Participação nos lucros	1.700.000,00	N/A	N/A

A participação nos lucros relativa ao exercício de 2011 é estimativa, uma vez que a mesma será calculada com base nos lucros do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010.

**iii. benefícios pós-emprego**

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Nº de membros a quem foi atribuída	3	N/A	N/A
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	134.931,00	N/A	N/A
2010	Nº de membros a quem foi atribuída	3	N/A	N/A
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	130.874,00	N/A	N/A
Previsão 2011	Nº de membros a quem foi atribuída	3	N/A	N/A
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	135.500,00	N/A	N/A

**iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**

Não se aplica

**v. remuneração baseada em ações**

Não se aplica

- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	3.726.752,00	529.632,00	158.776,00
2010	3.160.348,00	732.042,00	174.503,00
Previsão 2011	3.662.200,00	990.000,00	220.000,00

- e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Valor total em R\$
2009	4.415.160,00
2010	4.066.893,00
Previsão 2011	4.872.200,00

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica

- d. em relação à participação no resultado:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Ano	Participação nos Lucros	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2009	Nº de membros	4	N/A	N/A	4
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não estava previsto	N/A	N/A	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	N/A	N/A	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	8% do lucro líquido	N/A	N/A	8% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	1.860.270,00	N/A	N/A	1.860.270,00
2010	Nº de membros	3	N/A	N/A	3
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não estava previsto	N/A	N/A	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	N/A	N/A	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	N/A	N/A	8% do lucro líquido

	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	1.571.671,00	N/A	N/A	1.571.671,00
Previsão 2011	Nº de membros	3	N/A	N/A	3
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	N/A	N/A	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	8% do lucro líquido	N/A	N/A	8% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	8% do lucro líquido	N/A	N/A	8% do lucro líquido
	Valor previsto para o exercício	1.700.000,00	N/A	N/A	1.700.000,00

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

- a. termos e condições gerais
  - b. principais objetivos do plano
  - c. forma como o plano contribui para esses objetivos
  - d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
  - e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
  - f. número máximo de ações abrangidas
  - g. número máximo de opções a serem outorgadas
  - h. condições de aquisição de ações
  - i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
  - j. critérios para fixação do prazo de exercício
  - k. forma de liquidação
  - l. restrições à transferência das ações
  - m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
  - n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações
- Não se aplica

**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

<b>Companhia (Fras-le S.A.) – 31/12/2010</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	4.065	75.094	79.159
Diretoria		18.150	18.150
Conselho Fiscal	0	0	0
<b>Controladora (Randon S.A. Implementos e Participações) – 31/12/2009</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	38.970	1.570.471	1.609.441
Diretoria		51.673	51.673
Conselho Fiscal	0	0	0

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
  - b. número de membros
  - c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
    - i. data de outorga
    - ii. quantidade de opções outorgadas
    - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
    - iv. prazo máximo para exercício das opções
    - v. prazo de restrição à transferência das ações
    - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
      - em aberto no início do exercício social
      - perdidas durante o exercício social
      - exercidas durante o exercício social
      - expiradas durante o exercício social
  - d. valor justo das opções na data de outorga
  - e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas
- Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de remuneração em ações

**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros

- c. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica

**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não se aplica

**13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número de membros	3	N/A
Nome do plano	Randonprev	N/A
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	N/A
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	2.605.300,00	N/A
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	130.874,00	N/A
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não existe	N/A

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Ano	(em R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
-----	----------	-----------------------	---------------------------	-----------------

2009	Nº de Membros	4	5	4
	Maior Remuneração	516.351,00	298.092,00	39.690,00
	Menor Remuneração	368.262,00	77.180,00	39.690,00
	Média da Remuneração	394.090,00	132.408,00	39.690,00
2010	Nº de Membros	4	5	4
	Maior Remuneração	552.515,00	536.340,00	43.966,00
	Menor Remuneração	394.055,00	82.580,00	43.966,00
	Média da Remuneração	359.551,00	167.880,00	43.966,00
NOTA: No ano de 2009 até abril de 2010, os cargos de Diretor-presidente e de Presidente do Conselho de Administração eram ocupados pela mesma pessoa e seus honorários foram pagos parte pelo exercício do cargo de Diretor e parte pelo exercício do cargo de Conselheiro, sendo demonstrada parcialmente nos dois órgãos.				

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não se aplica

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	49%	56%	00%
2010	42%	73%	00%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não se aplica

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum**



**e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Os valores reconhecidos no resultado da controladora Randon S.A. Implementos e Participações, demonstrados na tabela abaixo, referem-se à remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e Conselho Fiscal daquela Controladora, que integram os órgãos da administração e o Conselho Fiscal da Companhia.

<b>Randon S.A. Implementos e Participações (em R\$)</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Nº de membros</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Conselho de Administração	1	482.855,00	984.180,00	1.262.138,00
Diretoria	1	625.911,00	0,00	0,00
Conselho Fiscal	1	55.855,00	57.389,00	60.500,00

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**